



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESCON - GESCON/SELOG/SR/PF/TO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.003588/2023-81

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. O presente Estudo Preliminar baseia-se nas diretrizes do Anexo III da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25/05/2017 e tem por objetivo atender ao disposto na Instrução Normativa SEGES nº. 58, de 08/08/2022, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração e ao interesse público para a contratação de vigilância patrimonial armada para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins (SR/PF/TO), incluindo suas unidades descentralizadas, mediante execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra.

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objetivo do presente processo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns com dedicação de mão de obra exclusiva sob o regime de execução indireta de vigilância patrimonial armada para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, incluindo suas unidades descentralizadas.

2.2. Atualmente, é mantido pela SR/PF/TO o Contrato nº. 06/2020-SR/PF/TO, firmado com a empresa JUDÁ SEGURANÇA PRIVADA EIRELI – ME, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada para a SR/PF/TO, incluindo suas unidades descentralizadas, com prazo de vigência de 02/11/2023 a 01/05/2024.

2.3. Conforme Despacho (SEI nº 31673787), foi autorizado pelo Ordenador de Despesas a abertura de processo administrativo objetivando a contratação em tela em razão do desinteresse da empresa supracitada em realizar novas prorrogações.

2.4. O serviço contínuo de vigilância visa garantir a segurança das instalações físicas, bens móveis e imóveis da SR/PF/TO e Unidades sob sua responsabilidade financeira, considerando as necessidades prementes da instituição.

2.5. A contratação também objetiva manter os ambientes com vigilância profissional, liberando os servidores policiais para atividades de maior complexidade, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de segurança quanto ao patrimônio, além da manutenção e conservação da integridade física de pessoas e dos bens públicos, em caráter permanente. A preservação desse patrimônio é uma preocupação constante, não se admitindo, ainda que em caráter eventual, submetê-lo a risco por falta de serviços de vigilância.

2.6. A atividade pretendida não constitui terceirização irregular conforme disposições do Decreto 9.507/2018, Portaria nº 443 /2018-MPDG e Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG, também não incorre nas vedações à terceirização previstas nos citados normativos, bem como a atividade em questão não consta dentre o rol de atribuições de nenhuma categoria funcional do órgão licitante.

2.8. Considerando que o serviço de vigilância patrimonial armada tem natureza continuada e sua interrupção poderá acarretar prejuízos ao desempenho das atividades do órgão, faz-se necessário um novo processo de licitação para a contratação dos serviços pretendidos.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. GESCON/SELOG/SR/PF/TO.

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Nos termos do §2º, Art. 7º da Instrução Normativa 05/2017-SEGES a função a ser contratada para a prestação dos serviços observará a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho: **5173-30 – VIGILANTE**.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se, entretanto, pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas, nos termos do Art. 8º da IN 05/2017-SEGES.

4.4. Os serviços são considerados comuns, tendo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma objetiva no edital da licitação, por meio de especificações usuais no mercado. Os serviços são usualmente contratados nos diversos órgãos da Administração Pública.

4.5. Os serviços ora demandados devem ser prestados de forma contínua, vez que pela sua essencialidade visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando e suportando o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

4.6. No caso da prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, deve atender os requisitos descritos na Lei nº 7.102/83, tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

4.7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 7.102/83, as condições essenciais para que as empresas operem são os seguintes:

4.7.1. Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83:

"Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal:

I - conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

b) das empresas especializadas em transporte de valores; e

c) dos cursos de formação de vigilantes;"

4.7.2. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado;

4.8. Além das condições acima, há outros trechos do ordenamento jurídico supracitado que impõem barreiras à operação dessas empresas:

4.8.1. os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 12 da Lei nº 7.102/83);

4.8.2. o capital integralizado da empresa de vigilância não pode ser inferior a cem mil Ufirs (art. 13 da Lei nº 7.102/83);

4.8.3. são vedadas a estrangeiros a propriedade e a administração das empresas especializadas em vigilância (art. 11 da Lei nº 7.102/83), entre outras.

4.9. Para o exercício da profissão, nos termos do art. 16 da Lei nº 7.102/83, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar profissionais que preencham os seguintes requisitos:

4.9.1. ser brasileiro;

4.9.2. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

4.9.3. ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

4.9.4. ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da lei em questão;

4.9.5. ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e, mental;

4.9.6. não ter antecedentes criminais registrados; e

4.9.7. estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

4.10. Ainda, conforme art. 150 da Portaria DG/PF nº. 18.045, de 17 de abril de 2023, para o exercício da profissão, o vigilante deverá — comprovando documentalmente — preencher os seguintes requisitos:

4.10.1. ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais sem registros de indiciamento em inquérito policial; sem registros de estar sendo processado criminalmente; ou sem registros de ter sido condenado em processo criminal (no local onde reside, bem como no local em que foi realizado o curso de formação, de reciclagem ou de extensão):

- da Justiça Federal;
- da Justiça Estadual ou do Distrito Federal;
- da Justiça Militar Federal;
- da Justiça Eleitoral; e

- da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal;

4.10.2. estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e

4.10.3. possuir CPF.

4.11. A Contratada deverá alocar profissional habilitado em curso de formação de vigilante e com registro profissional na Polícia Federal que deverá ser capaz de realizar as atividades abaixo relacionadas, além de outras não elencadas neste item, mas que façam parte das atribuições legais da categoria, sem prejuízo de outras determinações normativas, com as seguintes qualificações e conhecimentos:

4.11.1. Curso de Formação de Vigilante;

4.11.2. A empresa terá até 3 meses após a contratação para capacitar os vigilantes nesse curso de extensão. O prazo pode ser estendido uma vez por igual período, desde de que seja fundamentado e justificado à contratante antes do encerramento do prazo;

4.11.3. Registro Profissional no Departamento de Polícia Federal;

4.11.4. Reciclagem de formação profissional, consoante normatizações do Departamento de Polícia Federal;

4.11.5. Conhecimentos básicos de informática;

4.11.6. Capacidade de trabalhar em equipe;

4.11.7. Boa comunicação;

4.11.8. Aptidão física e mental.

4.12. Inicialmente, não foram identificados critérios de sustentabilidade específicos aplicados ao objeto licitado, considerando especialmente o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, entretanto, a contratada deverá orientar os funcionários alocados para prestação dos serviços quanto à necessidade de seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão, observando as diretrizes da Unidade Administrativa para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, bem como observar a adequada separação dos resíduos que serão descartados pela Administração.

4.13. Ainda, deverão ser utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que conforme consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, já consideram os critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços enquanto obrigações da Contratada.

4.14. Para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos mínimos acima descritos, buscando assim no mercado uma empresa em condições de executar os serviços, a qual detenha profissionais devidamente capacitados. Importante informar que tal procedimento licitatório compreende além da mão-de-obra, o fornecimento de uniformes, insumos e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos a serem executados na SR/PF/TO e Unidades descentralizadas.

4.15. Nesta contratação os candidatos serão submetidos à investigação social de vida pregressa e eventual entrevista, antes do início da vigência do contrato, dadas as características do órgão, sendo imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações e instalações, devendo a Contratada atender ao requisitado pela Administração.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. De acordo com art. 9º, III, a e b, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições.

5.2. Da análise do mercado de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, verifica-se que se trata de uma atividade bastante consolidada e legalmente normatizada, com inúmeros fornecedores atuantes, habilitados e em plenas condições de licitar e contratar com o serviço público, não havendo necessidade de realização de consulta, audiência pública ou diálogo com fornecedores para coleta de contribuições.

5.3. A contratação do serviço de vigilância patrimonial é o tipo de solução de segurança mais difundido no âmbito da Administração Pública Federal, sendo orientada e normatizada por meio da Instrução Normativa nº 5 SEGES/MP, de 25/05/2017 e Cadernos Técnicos específicos de Vigilância Patrimonial, onde constam detalhados os requisitos cuja observância por parte dos Órgãos da Administração Pública Federal é obrigatória, e portanto não havendo nenhum óbice ou dificuldade para a contratação ora pleiteada.

5.4. De acordo com a Portaria nº 21.262-ME, de 23 de setembro de 2020, para os serviços de vigilância, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais deverão observar as seguintes escalas:

5.4.1. I - Posto de Vigilância: 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

5.4.2. II - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

- 5.4.3. III - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.
- 5.5. O modelo escolhido adota a unidade de medida de postos de trabalho com escalas específicas, em conformidade ao parágrafo 2º do Anexo VI da Instrução Normativa nº 5 SEGES/MP, de 25/05/2017.
- 5.6. Com relação à essência da demanda apresentada, qual seja, proporcionar segurança ao patrimônio da Instituição e às pessoas envolvidas em suas atividades, e após a devida análise circunstancial, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, ainda é a melhor solução encontrada para atendimento das necessidades da SR/PF/TO e de suas unidades.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. A execução dos serviços envolve mão-de-obra capacitada e qualificada, conforme legislação vigente.
- 6.2. Os serviços de vigilância compreendem a execução de atividades de segurança e prevenção. Desta forma, diversas são as atividades pertinentes, contudo destaca-se a realização de rondas, serviços de vistoria na portaria, prontidão na portaria evitando invasões, portar armas para coibir revide armado, verificação de condições de segurança conforme orientação da Polícia Federal, dentre outras.
- 6.3. Os serviços de vigilância serão realizados com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos estritos limites estabelecidos pela norma em vigor.
- 6.4. **Em razão da necessidade e característica da presente contratação, os serviços deverão ser prestados de forma ININTERRUPTA. Portanto, a contratada deverá prever e prover profissionais para a realização do rodízio de postos, cobertura da intrajornada, férias, faltas e quaisquer outros afastamentos que o vigilante possa necessitar durante o seu turno de trabalho, cotando, inclusive, tais custos em sua planilha de formação de preços.**
- 6.5. Os serviços de vigilância a serem contratados compreendem, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em norma específica, os seguintes:
- 6.5.1. Prestar segurança e cobertura ostensiva armada (diurna e noturna) de toda a área do imóvel ocupado pela Contratante, de forma preventiva ou repressiva;
 - 6.5.2. Proteger o patrimônio, bens móveis e imóveis, e zelar pela integridade física dos servidores e usuários da Administração contra ação de terceiros;
 - 6.5.3. Adotar, em caso de ameaças internas e externas, as orientações repassadas pela Contratante, a fim de manter a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;
 - 6.5.4. Controlar o acesso de pessoas às dependências da Contratante, verificando, quando for o caso, a utilização de identificação fornecida por esse;
 - 6.5.5. Executar o registro e o controle de entrada e saída de pessoas, materiais e equipamentos do imóvel da Contratante, por meio eletrônico ou físico;
 - 6.5.6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
 - 6.5.7. Permitir o ingresso, nas dependências internas, somente a servidores e prestadores de serviços devidamente autorizados e identificados.
 - 6.5.8. Possuir qualidade de interação com o público, urbanidade, sociabilidade e transmissão de confiança, priorizando o atendimento adequado às pessoas com deficiência;
 - 6.5.9. Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício das próprias funções, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas estranhas às próprias atribuições;
 - 6.5.10. Manter-se atento aos visitantes e, havendo alguma suspeita, abordá-los de forma educada visando a conhecer sua intenção;
 - 6.5.11. Comunicar imediatamente à Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
 - 6.5.12. Comunicar imediatamente à Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco à segurança orgânica da Contratante;
 - 6.5.13. Comunicar imediatamente à Contratante a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações dos Edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão dos prédios;
 - 6.5.14. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações; sem que esta esteja devida e previamente autorizada pela Administração ou responsável pela instalação;
 - 6.5.15. Impedir o acesso de pessoas alheias às atividades da Contratante que possam causar transtornos ao regular funcionamento da Instituição;
 - 6.5.16. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do prédio da Polícia Federal, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entender oportunas;

- 6.5.17. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 6.5.18. Registrar, de forma detalhada, em meio eletrônico ou físico, todas as ocorrências do dia;
- 6.5.19. Auxiliar quando da execução dos planos de emergência da Contratante;
- 6.5.20. Repassar ao vigilante que está assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- 6.5.21. Conhecer todas as atribuições do Posto, para o correto desenvolvimento do serviço;
- 6.5.22. Operar equipamentos de comunicação e de vigilância eletroeletrônicos, tais como alarmes, intercomunicadores, CFTV, alarmes de combate a incêndio e outros equipamentos e sistemas de segurança confiados à sua responsabilidade;
- 6.5.23. Executar rondas periódicas, conforme orientações repassadas pela Contratante, verificando as instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- 6.5.24. Manter o Posto de trabalho em perfeitas condições de limpeza e higiene;
- 6.5.25. Assumir o Posto de trabalho devidamente uniformizado e com os equipamentos de proteção específicos ao desempenho do serviço;
- 6.5.26. Respeitar as proibições de acesso aos locais restritos, salvo em casos de real emergência ou orientação da Contratante;
- 6.5.27. Adotar providências de auxílio aos agentes de segurança pública, como a preservação de vestígios e provas de crime e isolamento do local;
- 6.5.28. Manter sigilo das informações da área de segurança obtidas em razão do cargo ocupado;
- 6.5.29. Manter afixado no Posto, em local visível, os números de telefones da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 6.5.30. Verificar, nos locais a que tem acesso, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
- 6.5.31. Verificar se as áreas pré-determinadas pela Contratante estão iluminadas, e se as demais luzes estão apagadas, registrando nos Livros de Ocorrência os locais onde porventura forem deixadas luzes acesas;
- 6.5.32. Efetuar vistoria quando da troca de turnos, acompanhado do seu substituto, comunicando-lhe quaisquer irregularidades ocorridas, as quais deverão ser anotadas em Livro de Ocorrência;
- 6.5.33. Verificar, por ocasião de cada vistoria, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para a espécie.

6.6. A Contratada deverá registrar e controlar, diariamente, juntamente com a Administração, a frequência e a pontualidade de seus funcionários, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços.

6.7. Os equipamentos, materiais e uniformes relacionados abaixo deverão ser fornecidos pela Contratada:

6.7.1. **Equipamento / armamento:**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Frequência
1	Tonfa, sem emendas/encaixes, em polímero de alta resistência, com empunhadura anatômica, com suporte para cinto e/ou porta tonfa.	Por Posto	1	Quinquenal
2	Painel de proteção balística, nível II-A, com capa própria, ambas adequadas ao biotipo dos vigilantes.	Por Vigilante	1	Conforme o prazo de validade constante da placa balística.
3	Revólver calibre .38 SPL, de 6 tiros.	Por Posto	1	Decenal
4	Carregador tipo “speed loader” ou “jet loader”	Por Posto	1	Quinquenal

6.7.2. **Material de consumo:**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Frequência

1	Munição nova e de primeiro uso, calibre .38 SPL, do tipo BONDED EXPO +P+ 124 Gr ou similar	Por Posto	12	Conforme prazo de validade estipulado pelo fabricante, atentando-se para o estado de conservação.
---	--	-----------	----	---

6.7.3. **Uniforme:** deverá compreender as seguintes peças do vestuário, **que não poderão ser em COR PRETA**, devendo ser substituído a cada 06 (seis) meses por ano ou no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a comunicação escrita da Contratante, sempre que não atenderem às condições mínimas necessárias de apresentação:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade por Vigilante	Reposição
1	Boné com emblema da contratada.	Unidade	01	Semestral
2	Calça, modelo tático com 6 bolsos, em tecido Rip-Stop e joelho com tecido duplo	Unidade	02	Semestral
3	Camisa combart shirt, manga curta, em tecido Rip-Stop nas mangas e tecido Dry Fit no Corpo	Unidade	02	Semestral
4	Camisa combart shirt, manga longa, em tecido Rip-Stop nas mangas e tecido Dry Fit no Corpo	Unidade	01	Semestral
5	Meia tática militar (cano longo, confortável, antiodor, antibactericida).	Par	03	Semestral
6	Bota tipo coturno (material couro legítimo, cor preto, antiderrapante, biqueira de borracha termoplástica, cano alto, palmilha em gel p.u., resistente, confortável, antibactericida).	Par	01	Semestral
7	Cinto tático agente montado (porta munição/carregador, porta tonfa, porta celular, coldre de perna, resistente, cinto tático com fivela de metal).	Unidade	01	Semestral

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A quantidade de postos estimada é a seguinte:

GRUPO 1			
Item	Descrição	Quantidade de Postos	Número de Vigilantes
1	Serviço de vigilância e conservação com adicional de periculosidade. Regime de trabalho diurno de 12x36 em Palmas-TO.	03	06
2	Serviço de vigilância e conservação com adicional de periculosidade. Regime de trabalho noturno de 12x36 em Palmas-TO.	03	06
3	Serviço de vigilância e conservação com adicional de periculosidade. Regime de trabalho diurno de 12x36 em Araguaína-TO.	01	02
4	Serviço de vigilância e conservação com adicional de periculosidade. Regime de trabalho noturno de 12x36 em Araguaína-TO.	01	02

7.1.1. O serviço especificado no item 1 e 2 serão prestados no município de Palmas/TO na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins (SR/PF/TO) e suas dependências na circunscrição.

7.1.2. O serviço especificado no item 3 e 4 serão prestados no município de Araguaína/TO na Delegacia de Polícia Federal (DPF/AGA/TO) e suas dependências na circunscrição.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os preços de referência foram estimados de acordo com a seguinte metodologia:

8.2. O valor estimado da contratação foi obtido mediante elaboração da Planilha de formação de preços nos moldes da IN 05/2027 (SEI 33554191) de acordo com os seguintes critérios:

8.2.1. Convenção Coletiva da Categoria em vigor, do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM VIGILÂNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ n. 37.344.629/0001-69 n° TO000010/2023 (SEI n° 31883751).

8.2.2. Pesquisa de preços do insumo, uniformes e equipamentos (SEI n° 33554203)

8.3. De posse destes preços de mercado, obtivemos o valor médio total para a contratação de:

8.3.1. **R\$ 121.602,64 (cento e vinte e um mil seiscentos e dois reais e sessenta e quatro centavos) mensal;**

8.3.2. **R\$ 1.459.231,68 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) anual; e**

8.3.3. **R\$ 7.296.158,40 (sete milhões, duzentos e noventa e seis mil cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) para 60 (sessenta) meses.**

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Para atingir a finalidade administrativa almejada, fez-se necessário dividir a solução em 4 (quatro) itens, de acordo com o objeto da execução dos serviços, que, no entanto, serão agrupados em grupo único, para fins de Sessão Pública do Pregão, vez que trata-se de uma única categoria, bem como torna mais atrativa a participação das empresas do mercado, ampliando a disputa, além de propiciar maior eficiência na Gestão e Fiscalização Contratual.

9.2. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica para executar os serviços previstos nos grupos proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa.

9.3. Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais”. Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que “jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos”. E arrematou o Sesi/SP: “O certame teve ampla divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão

em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho.Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

11.1. A pretendida contratação está aprovada no PCA 2024 sob o DFD nº 29/2023.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom andamento dos serviços prestados pela SR/PF/TO e suas unidades, por meio de atividades acessórias ou complementares necessárias ao suporte às atividades administrativas.

12.2. Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa e também para a gestão inteligente de recursos humanos e financeiros, contribuindo para a atividade finalística da SR/PF/TO.

12.3. Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos, espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois desse modo não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao Órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar sua força de trabalho para outras atividades institucionais.

12.4. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.

12.5. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades com ganho de eficiência e celeridade nos processos administrativos, bem como otimização de recursos humanos, focado na atividade fim.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Composição de gestão contratual, após a finalização da licitação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços.

14.2. Como se trata serviços, em sua maioria, envolvendo atividades internas de menor complexidade, a mão-de-obra contratada deverá seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe aos vigilantes seguirem as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados pela Administração e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Assim, diante do exposto, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação da solução demandada.

16. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Responsável pela Demanda	VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA
Membro Equipe de Planejamento da Contratação	MIRIAM CRISTIANE JUWER VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA
Responsável pela Fiscalização	LUCAS AZEVEDO NOGUEIRA LIMA
Integrante Técnico	LUCAS AZEVEDO NOGUEIRA LIMA

Ciente e de acordo.

HUGO CESAR DE OLIVEIRA
Agente de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/TO

Estou ciente e aprovo o presente Estudo Preliminar

(Assinado Eletronicamente)
REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Tocantins



Documento assinado eletronicamente por **HUGO CESAR DE OLIVEIRA, Chefe de Setor**, em 20/02/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS AZEVEDO NOGUEIRA LIMA, Agente de Polícia Federal**, em 20/02/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR GABRIEL GONCALVES DA SILVA, Gestor de Contrato**, em 20/02/2024, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM CRISTIANE JUWER, Agente Administrativo(a)**, em 20/02/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA**, **Superintendente Regional**, em 20/02/2024, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=33509639&crc=29EE146A.
Código verificador: **33509639** e Código CRC: **29EE146A**.